

A formação dos professores da educação básica: análise com base no censo escolar

The training of basic education teachers: analysis based on the school census

Paulo César GEGLIO¹
João Agnaldo do NASCIMENTO²

Resumo

Apresenta análise comparativa sobre a formação dos professores da educação básica, com base nos dados do censo da educação dos últimos 20 anos. A discussão é estimulada pela Meta 15 do PNE 2014-2024, que registra a necessidade de todos os professores ter formação em curso superior de licenciatura até o final do ciclo. Verificou-se a evolução no quantitativo de professores nessa condição e se é possível atingir a meta. Conclui-se que ainda há muitos professores sem essa formação e conjectura-se que a Meta 15 não será atingida, quicá no final do próximo PNE, se não houver um esforço entre União, estados e municípios.

Palavras-Chave: Formação Docente. Ensino Superior. Educação Básica.

Abstract

A comparative analysis about the education training of basic education teachers, based on the education census data over the last two decades was presented. The discussion is stimulated by the Goal 15 of the 2014-2024 PNE (National Education Plan), which registers the need that all teachers have training in a higher degree licentiate course by the end of the cycle. It was verified the evolution in relation to the number of teachers in this condition and if it is possible to reach the goal. It is concluded that Goal 15 will not be reached, perhaps at the end of the next PNE, if there is not a joint effort among the Union, states, and municipalities.

Keywords: Teacher Training. University Education. Basic Education.

¹ Doutorado em Educação: Psicologia da Educação, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor Associado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ministrando disciplinas de Fundamentos da Educação. Faz estudos e pesquisas no segmento da formação de professores, abrangendo práticas profissionais, identidade e políticas para a formação. Faz parte do grupo de pesquisa Multidisciplinar de Pesquisa sobre Formação Docente e Prática de Ensino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6014136500691921>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1648-6941>. E-mail: pcgeglio48@gmail.com

² Doutorado em Estatística pela Universidade de São Paulo (IME/USP-1994). É professor Associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), CCEN/DE- Campus I. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Análise Multivariada, Análise de Regressão, Consultoria Estatística, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise Multivariada, Modelo com erro nas variáveis, Análise de regressão, Ensaio biológico e Bioequivalência, Planejamento de Experimentos, Controle de Qualidade, Métodos Quantitativos, Decisão Multicritério, Teoria da Decisão, Matemática Financeira. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6866270928240455>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7314-4844>. E-mail: joao.agnaldo@academico.ufpb.br

Introdução

Um dos aspectos fundamentais para a melhoria da educação básica no Brasil é a formação dos professores. Esse entendimento é consenso entre educadores e pesquisadores da área e tem sido alvo de análises e discussões realizadas por diversos autores e grupos de pesquisas voltados ao assunto, como Alves e Pinto, (2011), Carvalho (2018), Gatti e Barreto (2009), Gatti, Barreto e André (2011), Matijacic (2017), Unesco (2004), Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (2015). O tema também aparece nos relatórios de avaliação educacional de entidades nacionais e internacionais, como, por exemplo, da *Organisation for Economic Co-Operation and Development – OECD* - (2014). Porém, não obstante aos esforços governamentais (particularmente aqueles realizados no período compreendido do início dos anos 2000 a aproximadamente 2015), voltados para a formação de professores da educação básica, o censo escolar brasileiro de vários anos revela que ainda há uma grande lacuna na formação dos professores, tanto no que se refere à quantidade de profissionais quanto à adequação dessa formação aos componentes curriculares que eles lecionam nas escolas brasileiras.

Uma análise acurada dos dados do censo escolar de 2018, por exemplo, no que diz respeito aos professores, revela que uma grande parte desses profissionais não possui curso de formação universitária, sobretudo aqueles que atuam na região Nordeste, assim como nas áreas rurais de boa parte do país, o que contribui para a situação de precariedade do processo de escolarização da população e contraria o que estabelece a Meta 15 do atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que prevê a formação de todos os professores da educação básica em nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O PNE para o período 2014-2024 considera a necessidade da atuação, em regime de colaboração, da União, estados, Distrito Federal e municípios para o estabelecimento de uma política nacional de formação de professores, visando a formação inicial, como também a continuada desses profissionais, mas, sobretudo, a formação em cursos universitários. O documento, com base nos dados de censo escolar do ano de 2013, ressalta que o percentual de professores com formação de nível superior correspondente ao componente curricular que leciona era, naquele ano, de 50,5% (INEP, 2015, p. 266-268), com uma variação de 67,6% no Distrito Federal e 25,2% no estado do Maranhão. Valores, portanto,

muito desproporcionais entre as diferentes regiões brasileiras e, ambos, distantes da Meta 15 do PNE atual, cuja perspectiva é de que todos tenham formação de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Não obstante a importância da formação dos professores para o processo de escolarização da população, em especial das crianças e adolescentes, sabemos que é preciso grande investimento financeiro, empenho acadêmico e efetiva cooperação política entre a União e os entes federados para atingir a Meta 15 do PNE 2014-2024. Essa é uma tarefa necessária, porém hercúlea, que apresenta um histórico pouco favorável no âmbito das políticas governamentais, conforme reconhece Gatti *et al.*, (2019, p. 21), ao considerar que “Não é de hoje que enfrentamos dificuldades em ter professores habilitados para cobrir as demandas da população escolarizável, dificuldades para oferecer uma formação sólida [...]”. As dificuldades, segundo as autoras, estão atreladas e refletem o desinteresse com que a educação básica pública foi tratada em nosso país por sucessivos governos.

No período de pouco mais de uma década (2003-2015), com a assunção de governos com vocação social e democrática, mais alinhados às necessidades sociais, houve expressivos investimentos na educação de modo geral e na formação de professores em particular. No caso da formação, vivenciamos um grande avanço por meio da implementação de várias ações como o aumento no quantitativo de vagas nos cursos de licenciatura, maior acesso ao ensino superior, programas do governo federal em parceria com estados e municípios para a formação inicial de professores leigos, bolsas de estudos visando incentivar o ingresso e a permanência de estudantes nos cursos de licenciatura, piso salarial para a categoria. Porém, embora essas iniciativas tenham sido de grande relevância, os dados do censo escolar de 2018, como registramos, revelam que além das expressivas disparidades regionais em torno da formação dos professores, ainda estamos longe de atingir a Meta 15 do PNE 2014-2024 e quiçá não será alcançada até o final do período em função - entre outros aspectos, mas fundamentalmente - da configuração ideológica, política e econômica implementada pelo governo bolsonarista (2019-2022), que se concentrou em promover reformas na previdência social, tributária e fiscal, que teve como consequência cortes nos gastos públicos e diminuição de investimentos sociais, sobretudo em relação àqueles que se destinam às

necessidades da população mais pobre, como a educação pública e, consequentemente, a formação de professores.

Em um cenário que se configurou com incertezas políticas e com uma abrupta interrupção nos investimentos sociais, particularmente na educação e na formação de professores - depois de três períodos (2003-2014) governamentais de estruturação e implementação de políticas públicas para o setor -, nosso objetivo nesse texto é apresentar uma análise comparativa em torno da evolução da formação dos professores da educação básica, tendo como base as informações das séries anuais do censo escolar. A intenção é evidenciar e discutir o percurso histórico referente ao percentual de professores com formação realizada em nível superior em âmbito nacional. Com base nos dados comparativos que apresentamos a partir da sequência de censos escolares e no cenário político vivenciamos, nos questionamos se será possível avançar de forma significativa na direção de atingir a Meta 15 do PNE atual (2014-2024), ao menos no sentido de que todos os professores tenham formação realizada em nível universitário, embora o ideal, como prevê o documento, seria que essa formação se efetivasse em cursos de licenciatura da área de conhecimento que o professor leciona.

Metodologia

A análise comparativa sobre a evolução do perfil formativo dos professores da educação básica no Brasil teve como base os dados do censo escolar na sequência realizada a partir do ano de 2000 até 2020. As planilhas com as informações quantitativas estão em “sinopses estatísticas da educação básica” (item funções docentes), do censo escolar, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A pretensão inicial era fazer a coleta para análise desde 1995, ano a partir do qual as informações estão disponíveis no referido ambiente virtual, porém os dados da maior parte dos cinco primeiros anos (1995 a 1999) não estão padronizados. No ano de 1997, por exemplo, os dados são genéricos, não descrevem a formação dos professores por nível escolar em que eles atuam, nos outros anos não há distinção entre a zona rural e a urbana. Esses, dentre outros aspectos, dificultam a análise evolutiva, por isso optamos por estabelecer um recorte temporal a partir do ano de 2000, uma vez que dessa forma é possível fazer a comparação sequencialmente.

A análise da comparação evolutiva levou em consideração a formação dos professores da educação infantil, do ensino fundamental (anos iniciais e finais) e do ensino médio, considerando, conforme dados das planilhas do censo escolar, o nível de formação dos professores (ensino fundamental, ensino médio, ensino superior com licenciatura e ensino superior sem licenciatura). Para a comparação, apresentamos quadros e gráficos com o quantitativo de professores em cada etapa de ensino da educação básica e o respectivo nível de formação em cada ano do censo escolar, em âmbito nacional. Tomamos esses indicadores como pontos focais da análise para apresentar uma projeção do que será possível observar no futuro, com uma estimativa em relação à previsão registrada na Meta 15 do PNE 2014-2024.

Resultados e discussão

Apresentamos abaixo uma sequência de quadros e gráficos, nos quais está registrado o quantitativo de professores que atuam na educação infantil, ensino fundamental e médio no Brasil, com os respectivos níveis de formação e a evolução desses níveis ao longo de pouco mais de 20 anos. Os dados capturados do censo escolar brasileiro mostram a quantidade de professores com formação realizada em nível superior, nosso foco de interesse nessa pesquisa, com distinção relativa aos cursos de licenciatura, assim como aqueles que possuem somente formação de nível médio ou fundamental.

Quadro 1 - Formação dos professores da educação infantil*

Ano	Nível de Formação					Qde. de Professores
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Curso Superior	Superior com Licenciatura	Superior sem Licenciatura	
2000	63257	228274	64066	**	**	357597
2001	52053	290683	76056	**	**	420793
2002	32984	308505	89687	**	**	433178
2003	24524	314288	109422	**	**	450237
2004	16115	284605	127665	**	**	428385
2005	12485	234353	148838	**	**	395676
2006	11261	219257	173401	**	**	403919
2007	6135	166764	163287	145126	18161	336186

2008	5517	189264	171945	166423	5522	366726
2009	5099	192890	182597	176131	6466	380586
2010	5253	193608	208184	202363	5821	407045
2011	5141	195520	233376	226498	6878	434037
2012	3987	195438	272625	264633	7992	472050
2013	3228	194812	307973	298546	9427	506013
2014	2934	193155	336104	329071	7033	532193
2015	3137	196721	350540	343276	7264	550398
2016	3035	193601	378600	371007	7593	575236
2017	2785	189376	401799	393982	7817	593960
2018	3075	187260	438841	432955	5886	629176
2019	3029	146059	491226	471326	19900	640314
2020	2179	127987	504109	487104	17005	634275

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

*Inclui creche e pré-escola, como registrado nas sinopses estatísticas.

**Dados dos relatórios do censo não especificam quantidade de licenciatura e outros cursos superiores.

Quadro 2 - Formação dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental

Ano	Nível de Formação					Qde. de Professores
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Curso Superior	Superior com Licenciatura	Superior sem Licenciatura	
2000	121445	709438	213142	*	*	1044025
2001	85235	714337	234402	*	*	1033974
2002	41049	721085	263927	*	*	1026061
2003	24620	678201	319312	*	*	1022133
2004	19488	637464	375389	*	*	1032341
2005	9826	419775	391964	*	*	821565
2006	8538	346855	484792	*	*	840185
2007	5515	260091	419419	376421	42998	685025
2008	4669	280555	432108	419528	12580	717332
2009	4137	275293	442083	427795	14288	721513
2010	4070	269192	459103	442553	16550	732365
2011	3568	253283	481847	463344	18503	738698
2012	2344	231811	513557	494325	19232	747712
2013	1776	213236	535354	517466	17888	750366
2014	1575	201117	555258	541593	13665	757950
2015	1863	197264	559713	545878	13835	758840

2016	1787	189186	572954	559337	13617	763927
2017	1653	179451	580633	566962	13671	761737
2018	1576	162531	598777	589585	9192	762884
2019	1615	116838	633541	602375	31166	751994
2020	1524	108406	638121	611916	26205	748051

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

* Dados dos relatórios do censo não especificam quantidade de licenciatura e outros cursos superiores.

Quadro 3 - Formação dos professores dos anos finais do ensino fundamental

Ano	Nível de Formação					Qde. de Professores
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Curso Superior	Superior com Licenciatura	Superior sem Licenciatura	
2000	5875	227571	583592	*	*	817038
2001	3945	238328	605519	*	*	847792
2002	3116	245379	638108	*	*	886603
2003	2181	238361	678280	*	*	918822
2004	2115	215504	718588	*	*	936207
2005	280	142297	706242	*	*	848819
2006	518	125473	739664	*	*	865655
2007	3872	153359	579271	540496	38775	736502
2008	3597	170909	611406	597078	14328	785912
2009	3306	165193	614695	591970	22725	783194
2010	3454	162500	631396	601907	29489	797350
2011	2984	146520	646462	612494	33968	795966
2012	2185	141089	661222	624806	36416	804496
2013	1622	135030	666250	634169	32081	802902
2014	1427	127465	668685	643070	25615	797577
2015	1593	123906	660641	633955	26686	786140
2016	1479	117772	659310	632959	26351	778561
2017	1370	111329	652032	626761	25271	764731
2018	1369	100462	662000	643589	18411	763831
2019	1364	64121	690501	654419	36082	755986
2020	1313	60240	691878	662264	29614	753431

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

* Dados dos relatórios do censo não especificam quantidade de licenciatura e outros cursos superiores.

Quadro 4 - Formação dos professores do ensino médio

Ano	Nível de Formação					Qde. de Professores
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Curso Superior	Superior com Licenciatura	Superior sem Licenciatura	
2000	614	50818	386905	*	*	438337
2001	295	51619	405192	*	*	457043
2002	337	51917	425768	*	*	478022
2003	245	49930	449693	*	*	499868
2004	186	41920	469897	*	*	512003
2005	12	22200	486211	*	*	508423
2006	22	23704	496209	*	*	519935
2007	441	26981	387133	360577	26556	414555
2008	413	39318	419179	405490	13689	458910
2009	361	39703	421364	403283	18081	461428
2010	406	42630	432462	402467	29995	475498
2011	352	37551	448862	413186	35676	486765
2012	262	36864	458849	419771	39078	495975
2013	204	36739	470674	433482	37192	507617
2014	182	36793	485451	452606	32845	522426
2015	251	37718	484857	449781	35076	522826
2016	233	34865	484785	448890	35895	519883
2017	209	32979	476626	442274	34352	509814
2018	243	30891	482269	454849	27420	513403
2019	248	15582	492101	449736	42365	507931
2020	281	14475	491026	453427	37599	505782

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

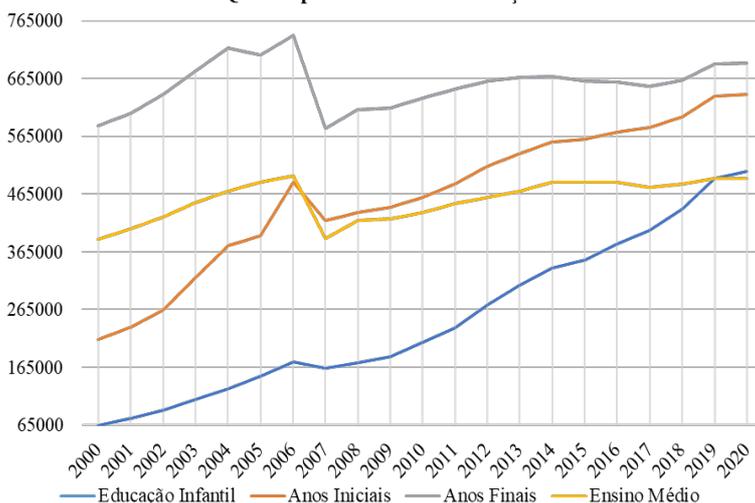
* Dados dos relatórios do censo não especificam quantidade de licenciatura e outros cursos superiores.

Podemos observar nos dados registrados nos quadros 1 a 4 que ao longo de pouco mais de duas décadas houve diminuição na quantidade de professores com formação em nível de ensino fundamental e médio e aumento daqueles que possuem formação em cursos universitários, fenômeno esperado em função dos investimentos realizados por governos de períodos anteriores ao período do governo bolsonarista, especificamente dos anos de 2003 a 2014. Os aumentos mais expressivos se concentram nos seguimentos da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, como ilustrado no gráfico 1. No primeiro caso, havia no ano de 2000 aproximadamente 18% de professores com formação em nível superior e em 2020 eram 80%, em

relação ao total em cada respectivo ano. No segundo caso, no ano de 2000 havia 20% com nível superior e em 2020 eram de 85%. Em termos absolutos, passou de pouco mais de 64 mil para mais de 504 mil professores com formação em nível superior na educação infantil e nos anos iniciais passou de 213 mil para 638 mil aproximadamente

Nos níveis subsequentes da educação básica, os percentuais de aumento foram menores, passando de aproximadamente 70% para 92% nos anos finais do ensino fundamental e de pouco mais de 88% para pouco menos de 97% no ensino médio. Esses percentuais menores estão associados ao fato de que para lecionar nesses seguimentos há necessidade de formação em áreas específicas do conhecimento, o que é presumível que a exigência seja mais elevada no ato da contratação, embora ao longo dos anos tenha persistido um considerável quantitativo de professores sem formação adequada em relação aos componentes curriculares. No que se refere aos anos escolares anteriores, educação infantil e anos iniciais, por muito tempo se aceitou como formação mínima dos professores aquela realizada nos cursos de magistério de nível médio, legitimada ainda hoje pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, embora as contratações por meio de concursos públicos exijam, na maioria das vezes, formação em curso superior em licenciatura.

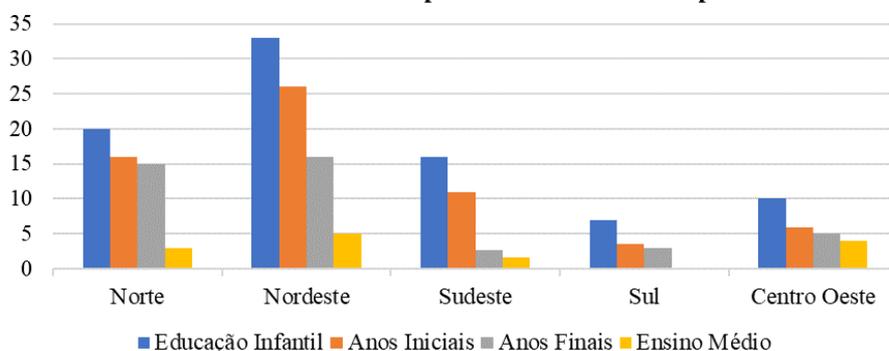
Gráfico 1 - Qde. de professores com formação universitária



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

Não obstante ao aumento no percentual de professores com formação universitária, ainda está distante da Meta 15 do PNE 2014-2024, pois no último ano em relação à nossa coleta de dados (2020) ainda havia próximo de 20% dos mais de 634 mil professores da educação infantil sem formação universitária; nos anos iniciais do ensino fundamental, por sua vez, era em torno de 15%, para 748 mil; nos anos finais 8%, para mais de 753 mil; e no ensino médio aproximadamente 3%, para quase 506 mil. Esses percentuais talvez pareçam insignificante diante do volume total de professores, porém em termos absolutos se tornam relevantes. No caso do ensino médio, por exemplo, os 3% representam quase 16 mil professores, com boa parte nas localidades onde se faz mais necessária a presença de professores com maior nível de formação, como em alguns estados da região Norte e Nordeste, como ilustrado no gráfico 5, e em comunidades distantes dos centros urbanos, como registra o próprio texto do PNE 2014-2024 (INEP, 2015, p. 266-268).

Gráfico 5 - Percentuais de professores sem curso superior



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

Percebemos que quanto mais elevado a etapa escolar da educação básica no qual os professores atuam, menor o percentual daqueles que não possuem formação universitária, o que é de se esperar em função da especificidade dos assuntos e componentes curriculares que ensinam. Mas, esse fato também revela a histórica desvalorização profissional do magistério em relação à educação em etapas elementares, como educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Sobre isso, é preciso considerar dois fatores, a (des)valorização social das profissões nas

sociedades capitalistas e a própria hierarquia dentro de cada área profissional. Comparada às demais profissões, o magistério não é uma carreira valorizada socialmente, tanto no Brasil com em outros países (CUNHA, 2009), porém em nosso país esse fato é mais acentuado. Apenas pouco mais de 10% dos professores brasileiros consideram a profissão valorizada socialmente, menos da metade dos professores que atuam em outros países da América Latina e um terço dos professores dos países que participam da *Teaching and Learning International Survey (TALIS)* (INEP, 2019).

No que diz respeito à educação infantil e aos anos iniciais a valorização é menor ainda em comparação às demais etapas, pois parece haver uma compreensão social de que os saberes ensinados nessas etapas de escolarização são menos complexos, menos elaborados e, conseqüentemente, menos valorizados, além do fato de ser uma atividade exercida majoritariamente pelo sexo feminino, cuja força de trabalho historicamente foi menos valorizada que a do homem (KERGOAT, 2009; HIRATA, 2014).

Sobre a presença feminina na educação básica, o relatório da OECD (2021) sobre os indicadores da educação mundial registra que na maioria dos países as mulheres são maioria no ensino fundamental e médio, porém minoria no ensino superior. Todos esses aspectos denotam, portanto, uma hierarquia social da profissão no magistério, com uma visão, equivocada, de que nos primeiros níveis de escolarização, sobretudo na infantil e aos anos iniciais, a prática docente é rudimentar, pouco elaborada intelectualmente, limitada, no caso da educação infantil, por exemplo, ao ato de cuidar. Dessa forma, não necessitaria muito conhecimento acadêmico, visto que seria uma extensão do fazer doméstico, que envolve o cuidado com os filhos.

Ainda em relação ao aumento no quantitativo de professores com formação em cursos de nível superior, é preciso registrar que uma parte considerável não é oriunda de cursos de licenciatura, contrariando o que prevê a Meta 15 do PNE 2014-2024. Os percentuais de professores nessa condição, no ano de 2020, eram 3 na educação infantil; 4 nos anos iniciais; 4 nos anos finais do ensino fundamental; e 7,5 no ensino médio.

Como podemos constatar nos quadros 1, 2, 3 e 4, até o ano de 2006 os relatórios com os dados do censo escolar não distinguiu a quantidade de professores com formação em nível superior em cursos de licenciatura, somente a partir de 2007 isso passou ser feito. Notamos

também que é nesse ano que há maior concentração de professores com curso superior sem licenciatura, além de uma queda acentuada no montante de professores sem curso superior, conforme ilustrado no gráfico¹. Nos anos seguintes há oscilação no quantitativo, porém em menor quantidade. Acreditamos que a diminuição de professores sem curso superior e aumento daqueles com licenciatura após 2007 se deve às políticas para formação de professores implementadas à época pelo governo federal, sobretudo com a expansão do acesso ao ensino superior por meio da modalidade de educação a distância, que privilegiou os cursos de licenciatura, além de programas que pretendiam promover a valorização da carreira e melhoria da formação, como o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Com base na quantidade de professores com formação em nível superior, ou seja, o conjunto daqueles que possuem cursos superiores com e sem licenciatura, realizamos um cálculo para estimar quando todos os professores que atuam na educação básica teriam formação realizada em nível superior. Trata-se de um cálculo realizado a partir de um modelo de regressão linear simples entre o ano, como variável dependente, e a taxa de docentes com nível superior, como variável independente, para o qual utilizamos o software R (versão 4.2.0). Obtivemos um modelo com coeficiente de determinação igual a 80% e uma equação de regressão significativa (uma vez que o valor-p do teste F é menor que 0,05), como também significância dos parâmetros pelo teste *t-Student* (valor < 0,05), os resíduos do modelo estimado atendem aos pressupostos da regressão linear simples. A variável Y é a taxa de professores com nível superior e a equação do modelo encontrado pelo método dos mínimos quadrados é dada por

$$Y = -16,176 + 0,008 \text{ Ano}$$

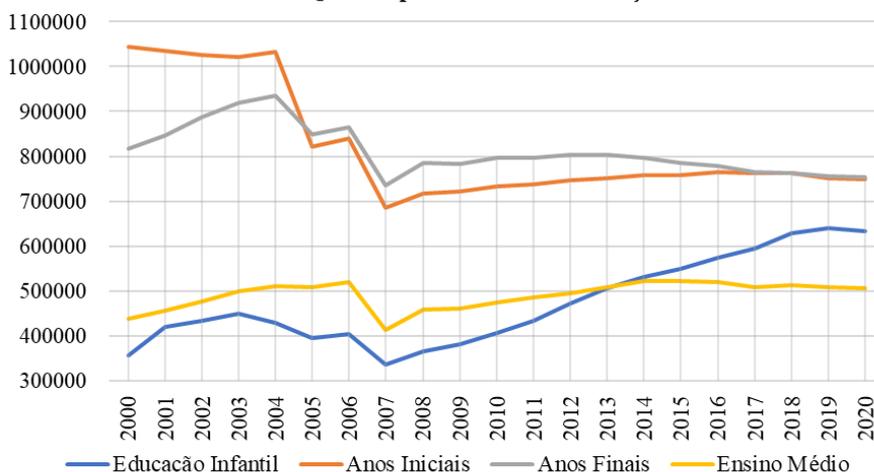
Com isso, chegamos à previsão pontual do ano para que todos os docentes possuam nível superior, o que ocorrerá com $Y = 1$ (taxa = 1). Substituindo na equação acima obtém-se o ano de 2047, momento, portanto, previsto para que todos os professores tenham formação em nível superior. Essa data ultrapassa em mais de duas décadas a estimativa da Meta 15 do PNE 2014-2024, que considera ainda que todos tenham formação realizada em cursos de licenciatura.

Obviamente, o cálculo acima se baseia exclusivamente na frequência dos dados quantitativos apresentados ao longo dos anos. Não considera, dessa maneira, vários fatores que interferem no processo de

atingimento da totalidade de professores com formação em nível superior, como, por exemplo, aumento ou redução nos investimentos em políticas governamentais para a formação, além da diminuição no quantitativo de professores, seja por meio de aposentadoria ou da redução do quadro em função de reorganização das redes de ensino e da quantidade de alunos nas escolas. São eventos que podem afetar a quantidade de professores sem formação universitária e alterar os percentuais.

Sobre a quantidade de professores da educação básica, notamos que houve oscilação ao longo dos anos, com maior e menor quantitativo. No ano de 2007 havia quantidade substancialmente menor que em relação a anos anteriores, em todas as etapas escolares, conforme registrado no gráfico 2. Os anos iniciais foi o que registrou maior queda no volume de professores, com aproximadamente 35% menos em relação ao ano de 2000 em que havia mais de um milhão. Nos anos finais também houve redução em cerca de 200 mil professores na comparação entre os anos de 2004 e 2007. Posteriormente houve um retomado do aumento, com maior proporção na educação infantil, onde o aumento foi de quase 100% em comparação ao ano de 2007 em relação a 2020.

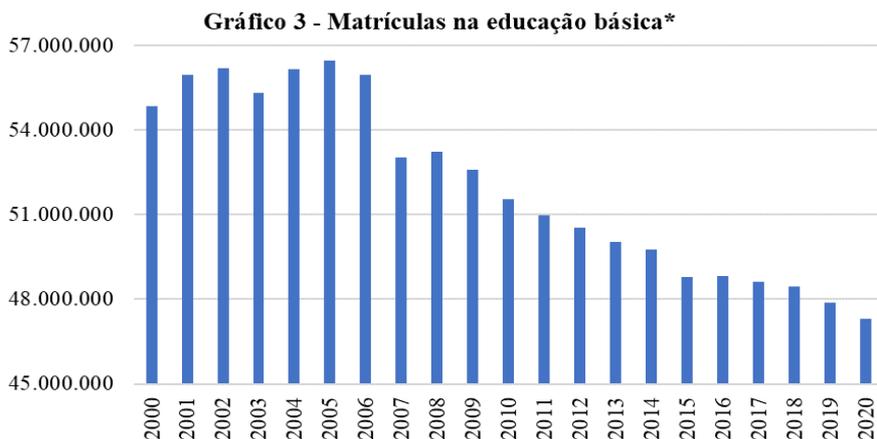
Gráfico 2 - Qde. de professores na educação básica



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

Analisar a redução no quantitativo de professores da educação básica exige considerar fatores como o volume de aposentadorias, mas,

também e sobretudo, a redução no número de alunos na educação básica e a reestruturação das redes de ensino. Ambos, de certa forma, atrelados. No que diz respeito à aposentadoria dos professores, que ocorre, tanto em nosso país como em outros, em maior proporção a partir dos 50 anos de idade (OECD, 2021) é preciso reconhecer que nem sempre a reposição desses profissionais é feita na quantidade da saída. No que se refere à diminuição na quantidade de alunos, é um fenômeno que está relacionado à queda na taxa de aumento da população, denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como taxa de fecundidade. Segundo o órgão, “[...] a taxa de fecundidade total para o Brasil passou de 2,09 filhos por mulher, que corresponde ao nível de reposição populacional, em 2005, para 1,72 filho por mulher em 2015, representando uma queda de 17,7% [...]” (IBGE, 2016, p. 20). Esse decréscimo tem ocorrido, conforme registrado pelo instituto, em todo país e a taxa está próxima ao que se observa no mundo, em torno de 1,67. No que se refere às matrículas de alunos na educação básica no decorrer dos anos de 2000 a 2020, podemos observar no gráfico 3 que houve oscilação entre crescimento e regressão até o ano de 2005, mas posteriormente seguiu um declínio, com uma redução de aproximadamente 15% entre o volume de 2005 (maior quantidade) e 2020 (menor quantidade). Quanto à reestruturação das redes de ensino, abordamos abaixo ao falar da municipalização.

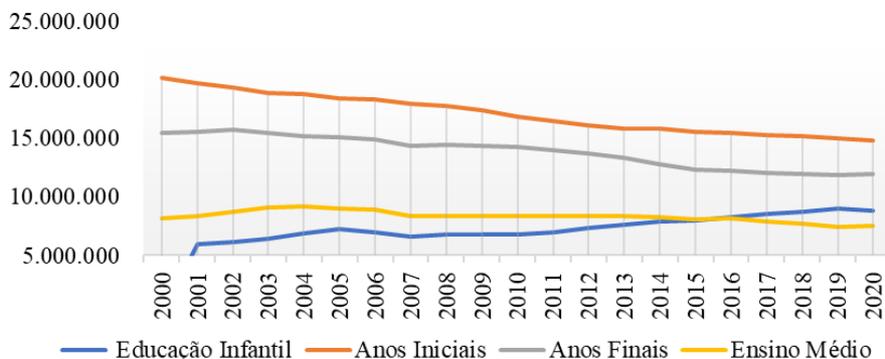


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

*Contempla todos os níveis e modalidades de ensino

Em relação ao ensino regular, onde concentra a maioria dos alunos, o ensino fundamental é o que sofreu maior baixa de matrículas, sobretudo nos anos iniciais, conforme é possível notar no gráfico 4, em que a quantidade de alunos caiu de pouco mais de 20 milhões em 2000, para aproximadamente 14,7 milhões em 2020, o que representa 27% menos. Nos anos finais o percentual de queda, em valores aproximados, foi de 23%, passando de 15,5 para 11,9 milhões. O ensino médio registra menor baixa, com aproximadamente 8%, passando de 8,19 para 7,5 milhões. A educação infantil, por sua vez, registrou aumento no mesmo período, saindo de pouco mais de 5,3 milhões no ano de 2000, para 8,8 em 2020, o que corresponde a um crescimento próximo de 35%. Essa alta foi impulsionada pelas matrículas nas creches (0 a 3 anos), com percentual de aumento em torno de 75% no período, passando de 916 mil crianças em 2000, para pouco mais de 3,65 milhões em 2020. Um volume que representa cerca de 41% das matrículas na educação infantil.

Gráfico 4 - Matrícula no ensino regular



Fonte Elaborado pelos autores com base nos dados do censo da educação básica (2022)

Talvez pareça incongruente, à primeira vista, esse aumento de matrículas na educação infantil e a diminuição nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, se cresceu a quantidade de crianças na educação, não deveria haver um correspondente nos anos iniciais? Para onde estão indo os egressos da educação infantil. Há dois fatos que devem ser considerados. Um deles é que o volume de matrículas na educação infantil

embora tenha crescido é bem menor, ao longo dos anos, que as matrículas nos anos iniciais, portanto esse aumento não provocou reflexos substanciais nos seguimentos escolares posteriores. O segundo fato é que o aumento na educação infantil, ocorrido sobretudo nas creches, é proveniente de uma demanda reprimida de crianças que não estavam sendo atendidas e que ainda não estão na totalidade. Isso significa que uma quantidade expressiva de crianças que não tinha acesso à creche ou pré-escola ingressavam diretamente nos anos iniciais.

Não obstante ao crescimento de matrículas na educação infantil, mormente nas creches, segundo o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE, o total de crianças nesse nível escolar no ano de 2019 era de 35,6%. Na pré-escola o percentual de crianças atendidas, segundo consta no relatório, era de 92,9%. Mesmo considerando essa alta taxa, está fora do previsto na Meta 1 do PNE 2014-2024, cuja intenção era de que em 2016 todas (100%) as crianças com 4-5 anos estariam na pré-escola e até o final de 2024 pelo menos 50% daquelas com 0-3 anos deveriam estar matriculadas em creches.

Ainda em relação à diminuição na quantidade de professores ao longo de pouco mais de duas décadas, particularmente no ensino fundamental, e com maior ênfase nos anos iniciais, é preciso considerar também o processo de municipalização do ensino fundamental. Esse processo teve início nos anos de 1990 e se intensificou no final da década com o advento da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e que permitiu aos estados e municípios utilizar no ensino fundamental 60% dos 25% definidos pela Constituição para a educação, além disso possibilitou que estados e municípios criassem fundos derivados de impostos para a partilha em comum.

O advento do Fundef, segundo Arelaro, Jacomini e Klein (2011), foi o mecanismo que estimulou a municipalização e o aumento de alunos por turma. Considerando que o repasse de verbas dos fundos criados aos estados e municípios leva em conta o número de alunos matriculados nas redes de ensino, quanto mais alunos mais verba. Pois bem, com esse advento houve aumento no quantitativo de alunos por turma, que é a maneira mais rápida e econômica de multiplicar o número de vagas nas escolas como menor custo. Como registram as autoras citadas acima, “[...] foram raras as implementações de planos de construções escolares ousados

que previssem a regularização do atendimento escolar nas redes públicas em funcionamento a partir de uma relação pedagógica ideal de professor/número de alunos/número de turmas” (ARELARO; JACOMINI; KLEIN, 2011, p. 39). O aumento de alunos não se refletiu em ampliação de espaços escolares, salas de aulas, turmas de alunos etc., que demandasse mais professores, ao contrário levou a diminuição dessa necessidade.

Conclusão

Em qual momento todos os professores da educação básica, ao menos aqueles que atuam no ensino educação infantil, fundamental e médio (uma vez que nos cursos de educação profissionalizante se admite o professor que tenha formação em outras áreas do conhecimento ou notório saber) terão formação realizada em curso superior, com licenciatura na área em que lecionam? Essa é uma pergunta complexa, que envolve vários fatores - como política pública de formação, aposentadoria de professores ativos, incentivo à carreira, concursos públicos para ingresso no magistério, por isso os cálculos estatísticos sozinhos não são suficientes para responder, embora possam estimar e servir de base para discussões. Nossa perspectiva, considerando os dados que apresentamos, a evolução nas duas últimas décadas e o atual quadro, é que o prazo estabelecido na Meta 15 do PNE 2014-2024 não será suficiente.

Avançamos substancialmente em direção à meta, sobretudo na educação infantil e nos anos iniciais da escolarização, onde o aumento de professores com curso superior foi expressivo. No primeiro caso foi de quase 700% em pouco mais de duas décadas, e nos anos iniciais de 200%. Porém, no ano de 2020 ainda havia cerca de 12% do total de mais de 2,64 milhões de professores sem formação em curso superior, o que corresponde a mais de 314 mil, sem considerar aqueles que não têm formação em licenciatura que somavam naquele ano aproximadamente 110.400. A região Nordeste do país desponta com o maior percentual em relação àqueles que não têm curso superior. A região também conta com o segundo maior número de professores e é a que mais tem carência na formação desses profissionais em todos os níveis escolares da educação básica. No que se refere à educação infantil, por exemplo, somente aproximadamente 33% dos quase 150 mil tinham formação em curso

superior no ano de 2020 e nos anos iniciais eram 26% dos mais de 207 mil. Nesse contexto, o estado do Maranhão se destaca com 48% dos mais de 22.600 professores que estavam na educação infantil; 38% dos quase 32 mil nos anos iniciais; e 30% dos 39 mil nos anos finais do ensino fundamental. São percentuais muito baixos se compararmos com outras regiões do país.

Nota-se, portanto, que ainda há muito a avançar na formação dos professores da educação básica, sobretudo no que se refere às regiões mais distantes dos grandes centros de pujança econômica e nas quais historicamente os investimentos em educação não foram prioridade nas políticas governamentais. Por isso, é preciso que os esforços do governo federal, em parceria com os estados e municípios, como registra o PNE 2012-2024, sejam intensificados com vistas a minimizar esse problema educacional, mitigando, dessa forma, as diferenças regionais. Não é fácil crer que até o final do ano de 2024 todos os professores tenham formação em curso de nível superior em licenciatura, como preconiza o documento, mas acreditamos que seja possível estabelecer e cumprir metas plausíveis com empenho e seriedade dos governos, sobretudo desse que (re)inicia e dos próximos.

Referências

ALVES, T; REZENDE PINTO, J. M. R. de. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, nº 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Série Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 36.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF, Inep, 2015.

CARVALHO, M. R. V. de. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília: Inep/MEC, 2018. Série Documental – Relatos de Pesquisa, nº 41. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1473981. Acesso em 20 jan. 2019.

CUNHA, C. da. Magistério: diretrizes de valorização e impasses. In: CNTE. Diretrizes para a Carreira e Remuneração. **Cadernos de Educação**. Brasília, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a. 14, n. 21, p. 145-54, out. 2009. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/caderno_de_educacao_2009.pdf#page=147. Acesso em: 20 abr. 2019.

GATTI, B. A. (Org.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, DF: Unesco, 2009.

GATTI, B. A.; SÁ BARRETO, E. S.; ANDRÉ, M. E. D. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A.; SÁ BARRETO, E. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. de; ALMEIDA, P. C. A. de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília, DF: Unesco, 2019.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. **Trabalho docente na educação básica no Brasil**. Fase II. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: UFMG/FaE/Gestrado, 2015. Disponível em: http://www.gestrado.net.br/images/pesquisas/3/Relatorio_Gestrado_TDE BBII.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Paulo/Downloads/9675-28843-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.*, (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

MATIJASCIC, M. **Professores da educação básica no Brasil: condições de vida, inserção no mercado de trabalho e remuneração**. Brasília, DF: Ipea, 2017. Textos para Discussão. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30338. Acesso em: 20 jan., 2019.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **TALIS 2013 Technical Report. Teaching and Learning International Survey: OECD**. Paris, 2014. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/TALIS-technical-report-2013.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2021- OECD INDICATORS: OECD**. Paris, 2021. Disponível em: Acesso em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b35a14e5-en.pdf?expires=1658787434&id=id&accname=guest&checksum=64202D17ED2CA25490AD0F757F7DF539>. Acesso em: mai. 2022.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Unesco, 2004.

Recebimento em: 28/07/2022.

Aceite em: 05/04/2023.